



## O custo Brasil

Alexandre Santos

Conta como os comerciantes de Nossa Senhora de Valverde foram convencidos de que a crise econômica só seria superada com a eliminação do Custo Brasil.

Decididamente, a situação não estava boa. Os mais sinceros diriam que a situação estava péssima. A bruxa tinha sido escorraçada, mas, como bem diziam as caixas registradoras, ao contrário daquilo que lhes tinha sido prometido, os negócios continuavam ruins e estavam, até, piorando. As vendas estavam praticamente paradas e os departamentos de contas a receber não conseguiam converter títulos em dinheiro. Os médios e pequenos comerciantes estavam aflitos, a beira do desespero e, claro, indóceis, querendo respostas e orientação. Como sempre, através do comendador Antero SouzaLopez, presidente da Associação Comercial de Nossa Senhora de Valverde, recorreram ao deputado Breno Simões - uma espécie de semi-Deus que, ao mesmo tempo, era representante, porta voz, despachante e conselheiro dos empresários da região.

Já treinado pelo governo central, o deputado Breno tinha respostas para tudo e, depois culpar o governo defenestrado - o qual, segundo a fórmula bolada pelo publicitário norte-americano contratado para cuidar da imagem do novo governo, "tinha desorganizado as contas públicas, praticando o mais irresponsável populismo eleitoral" -, [Breno] disse que era hora do sacrifício de todos os brasileiros para colocar as contas em dia. "Não podemos gastar mais do que ganhamos, não é", explicava o deputado, convencendo os pequenos empresários de Valverde. E, cada um a seu modo, todos [os empresários] trataram de reduzir custos, cortando supérfluos, demitindo funcionários, eliminando ajudas de custo não obrigatórias, reduzindo folgas, aumentando a carga de trabalho, diminuindo desperdícios, poupando o consumo de energia, cortando, enfim, tudo o que lhes fosse possível. Se, de um lado, o novo regime aumentou a eficácia das empresas, de outro [lado] o corte das despesas se refletiu no consumo das famílias afetadas e, tal como um bumerangue, terminou abatendo, ainda mais, o volume de vendas e o nível do comércio em geral. Foi o caos, pois, mesmo cumprindo 'o dever-de-casa' (ou 'cortando na própria carne', como os programas de ajustes internos nas empresas passaram a ser tratados'), a crise aumentou. Como resumiu um pequeno comerciante resumiu ao presidente Antero: "com os cortes, as despesas diminuíram muito, mas as receitas diminuíram muito mais"...

A situação ficou insustentável.

A paz conseguida pelo deputado Breno foi mais efêmera do que o governo esperava.

Ao cabo de dois ou três meses, com as parcas reservas exauridas e, vendo (em contraste com o sacrifício que lhes exigia) a forma generosa como o novo governo subsidiava e protegia alguns setores, os pequenos comerciantes cansaram de sofrer e, mais uma vez, cobraram-lhe uma resposta [do deputado-conselheiro]. E, sempre esperto, Breno Simões propôs uma reunião para a formulação daquilo que ele chamou de 'pauta de compromissos'. Desta feita, mais uma vez sem soluções objetivas, Breno Simões trouxe outra explicação e outro culpado para as dificuldades [dos empresários]. Agora, além da herança maldita deixada pela ex-presidente Anita Rastik, o deputado acrescentou que a culpa de a economia estar travada cabia um tal CustoBrasil, que, no dizer dele, precisava ser, urgentemente, eliminado.

Na sequência, usando as técnicas de convencimento ensinadas pelo publicitário norte-americano Paul Dalaware, homem misterioso que orientava o governo, sem dar qualquer chance a questionamentos, o deputado emendou as conversas e tratou de explicar aquilo que, no entender de quem sabia das coisas, significava a expressão 'CustoBrasil'.

- CustoBrasil é tudo aquilo que representa despesa sem uma contrapartida em receita ou aquilo que impede as empresas de realizarem vendas, entregas ou lucros - arrematou o deputado, abrindo uma torneira por onde, durante alguns minutos, passaram muitas explicações e opiniões, demonstrando, no fundo, que o conceito podia dizer tudo e, ao mesmo tempo, [dizer] nada.

- Meu maior 'CustoBrasil' são os buracos das ruas, que cortam os pneus dos meus carros - disse MarcoAntônio Ximenes, proprietário de uma companhia de ônibus e da maior frota de taxis da região.

- Para mim, o maior CustoBrasil é a burocracia da alfândega, que atrasa a remessa dos meus produtos ao exterior - disse Péricles Bronzeado, um próspero exportador de frutas.

- Pois o meu é a penúria das pessoas, que impede elas de renovar o guarda-roupa e de seguir à moda das estações - disse a socialite Elba Chaves, dona da boutique mais famosa de ValVerde.

Se Breno Simões não tivesse retomado a palavra, todos teriam falado alguma coisa, pois, evidentemente, sempre há algum complicador para atrapalhar a realização do negócio perfeito. Esquecendo, deliberadamente, as dificuldades decorrentes da diminuição do poder aquisitivo das pessoas, o deputado Breno

Simões concentrou as observações nos itens que interessavam aos maiores que orientavam o seu mandato.

- Vocês não acham que pagamos muitos impostos? - ele lançou a isca irrecusável - A carga tributária é excessiva e, como prova o estado de abandono das coisas, só serve para sustentar o governo mastodônico, quelônico e ineficaz.

Era evidente que, especialmente por conta da crise, mais preocupados com os próprios bolsos do que com o eventual destino social reservado aos valores arrecadados, todos os comerciantes (menos um, vale registrar, o jovem professor CarlosAlberto Portuga, que, conhecendo a dinâmica dos países nórdicos, onde estudara por vários anos, ousou murmurar um 'depende' prontamente sufocado pela voz da maioria) [todos] responderam [a questão] com um sonoro SIM, animando o deputado a prosseguir com a proposta do seu pessoal.

- Precisamos lutar pelo Imposto Único. Além de democrático - pois, afinal de contas, ele abriu um parênteses, todos - homens e mulheres, jovens e velhos, ricos e pobres - são iguais perante a lei de Deus e a lei dos homens -, o Imposto Único facilita o cálculo dos valores devidos, reduzindo custos, inclusive com a contratação de contadores.

- Mas, este tipo de imposto é 100% regressivo e penaliza os mais pobres - contestando o deputado Breno Simões (que tratou de anotar para nunca mais convidar aquele pentelho para qualquer reunião), CarlosAlberto Portuga começou a falar. Se não tivesse sido, mais uma vez, atalhado e engolido pela maioria, ele diria que no formato de Imposto Único, proporcionalmente, os mais ricos pagam menos impostos e, na prática, são sustentados pelos pobres. Mas, taxado de 'meio doido' pelos seus pares, que o viam com reservas, CarlosAlberto não conseguiu apresentar o seu ponto de vista.

- Viva !!! - Gritaram os comerciantes, entusiasmados com a ideia.

Satisfeito com o apoio angariado para a tese do Imposto Único, o deputado Breno Simões atacou outra frente de interesse do seu grupo.

- Mas, não basta ser único: o imposto precisa ser baixo - disse o deputado, puxando outra onda de simpatia no salão lotado da Associação Comercial de Nossa Senhora de ValVerde.

- Hoje, nós trabalhamos para sustentar o governo - falou o burburinho.

- Para baixar os impostos são preciso duas coisas - o deputado caprichou na teatralidade do gesto - primeiro, que o governo deixe de ser paternalista, tratando

a todos como coitadinhos, e, segundo, que o Estado seja menor, permanecendo apenas onde for indispensável.

E, por quase meia hora, orquestrados pelo deputado Breno Simões e esquecidos momentaneamente de seus próprios problemas (ou, justamente, por eles [pelos problemas], achando que, se fizessem aquilo proposto pelos maiorais, eles [os problemas] desapareceriam automaticamente), os comerciantes de Valverde discutiram a necessidade de o governo deixar de agir como se todos fossem incapazes, condenando todos os tipos de ajuda social e de bolsas compensatórias. Cumprida a pauta centrada no paternalismo do governo, o deputado Breno Simões precisou usar todo o seu talento para evitar que o tema [do paternalismo] continuasse em discussão e incluísse os incentivos econômicos e subsídios concedidos a setores econômicos já ricos e consolidados como a indústria automobilística, conforme queria Carlos Alberto Portugal. Superado mais este mal-estar, a reunião continuou e, tomando os Estados Unidos como padrão, [os comerciantes] passaram a replicar o discurso de que o Brasil oferece muitos direitos aos trabalhadores.

Contaminados pelo clima da conversa, eles aplaudiram o resumo feito por Breno Simões:

- O Brasil precisa de uma reforma que modernize as relações trabalhistas, reformulando completamente a CLT, que é coisa do século passado, e torne desnecessária a Justiça do Trabalho (o Brasil é um dos poucos países que ainda possui este tipo de Justiça, o deputado acrescentou).

E a reunião prosseguiu.

- Um outro ponto alto do CustoBrasil é a ineficiência do Estado, que, além de ter presença excessiva na vida das pessoas, especialmente na economia, é lento e, quando atua, mais prejudica do que ajuda - Breno Simões encaminhou o novo tema.

E os empresários formaram uma roda de discussão, para, desta vez, apreciar a presença do Estado na economia.

- Vocês sabiam que, além de funcionar mal, a maior parte das empresas estatais dão prejuízo? - perguntou o comendador Antero Souza Lopez, abrindo um rosário de observações e reclamações que passava pela condenação das estatais e, também, atingia a baixa qualidade dos serviços prestados pelas repartições públicas.

Mais uma vez, contaminados pelo clima imprimido à reunião pelo deputado Breno Simões, os empresários presentes na sede da Associação Comercial de Nossa

Senhora de ValVerde não levaram em consideração as ponderações de CarlosAlberto Portuga (o qual, coitado, de tanto nadar contra a corrente, adquiriu definitivamente a pecha de 'doido' e de 'comunista') e disseram que o governo deveria agir como se fosse uma empresa privada, minimizando a influência política, valorizando a gestão técnica, inclusive, com funcionários públicos passíveis de demissão a qualquer momento. Os empresários aproveitaram a ocasião para alçar a corrupção como ponto destacado do CustoBrasil, não só pelos custos financeiros requeridos para 'azeitar' facilidades, mas principalmente pela insegurança advinda de negociações escusas. Aliás, a sanha [dos empresários] contra as estatais assumiu tal dimensão que, surpreendendo o próprio deputado Breno Simões, os empresários propuseram a privatização de todas as empresas estatais. Assustado com o extremismo do pessoal de ValVerde, preocupado com o texto final do encontro, o deputado Breno Simões negociou e conseguiu acalmar os mais radicais. De fato, ao final da rodada, sucumbindo à diplomacia do deputado, os empresários concordaram em aprovar texto que, ao invés do 'vender tudo', falava em 'um programa de privatização amplo, isento de preconceitos e de ideologias', citando expressamente a necessidade de desestatizar 'setores eivados pela corrupção, como a Petrobrás, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal'.

Satisfeito com os resultados já alcançados naquela reunião e, progressivamente, mais seguro com sua capacidade de 'convencimento' - como o sucesso era referido no curso de uso da maiêutica como instrumento de manipulação de pequenos grupos -, o deputado Breno Simões resolveu dar o mergulho mais profundo na busca de apoio para as reformas encomendadas pelos maiores dos maiores ao novo governo e evocou a 'jóia da coroa'.

- Mesmo se eliminássemos todos os custos que já tratamos, ainda enfrentaríamos problemas, pois o maior dos custos está na Previdência Social, que precisa ser resolvido com a máxima urgência. Aliás, se nada for feito agora para corrigir a previdência, em poucos anos, o Brasil vai quebrar, como quebraram Espanha, Portugal e Grécia, pois não haverá dinheiro para pagar os aposentados - falou o deputado Breno Simões, arrancando um 'oh' na maior parte dos presentes e um 'é mentira' do pentelho CarlosAlberto Portuga, que, desta vez, com o aviso de "não volte mais aqui", foi retirado do salão de reuniões da Associação Comercial de ValVerde aos empurrões.

A discussão sobre a Previdência não foi tão pacífica como o deputado esperava. Não que houvesse resistência à ideia de reforma. Não era isso. O problema era que, além de ter filhos e netos, a maioria dos presentes, com ou sem carteira assinada, queria, um dia (quanto mais rápido melhor), se aposentar com o

máximo de vantagens. Não houve acordo. Desta vez, embora, genericamente, todos concordassem com a tese geral da 'reforma', não houve unanimidade sobre as propostas específicas trazidas pelo deputado, o qual, preferindo garantir uma vitória parcial a arriscar uma derrota, contornou os pontos polêmicos e encerrou a discussão o mais rápido que pode.

Passava das dez quando a reunião acabou.

Ao tempo que, num bar qualquer, o 'comunista' CarlosAlberto Portuga ruminava o desencanto de ver seus pares sucumbirem facilmente ao canto de uma sereia chapa branca, desviando a atenção da crise do mercado interno do País (que, no seu modo de ver, era o que, de fato, afetava o comércio e a indústria de ValVerde) para abraçar temas importantes para outros seguimentos econômicos (inclusive alguns [temas] que, no seu entender, ao invés de reduzir a crise, a agravava ainda mais), sem perceber terem sido feitos de bobos, os comerciantes de ValVerde voltaram para suas casas padecendo os mesmos problemas que os fizeram ir à sede da Associação naquela noite. Na realidade, sem a consciência de que continuavam imersos na lama, [eles] renovaram a esperança, com a certeza de que a superação do CustoBrasil os faria voltar a ser felizes.

Naquela noite, alguns chegaram a sonhar com a retomada dos negócios aos níveis da década anterior, quando, mesmo com o CustoBrasil que agora os atormentava, eram felizes sem saber.

Baseado em fatos reais, este conto, escrito em janeiro de 2019, se insere no campo da ficção tão bem retratado por José Américo de Almeida